

# UM ESTUDO SOBRE A NATUREZA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Nádia Delarmelina

Universidade Federal do Espírito Santo

[nadia\\_delar@yahoo.com.br](mailto:nadia_delar@yahoo.com.br)

Alexandre Ottoni Teatini Salles

Universidade Federal do Espírito Santo

[aotsalles@gmail.com](mailto:aotsalles@gmail.com)

Área Temática 8: Economia rural e agricultura familiar

**Resumo:** A agricultura e a pecuária têm sido desde tempos imemoriais, atividades cruciais para a sustentação e expansão da vida humana. Não há como exagerar esta assertiva uma vez que muito antes do início do modo de produção capitalista propriamente dito, o homem tem elaborado diversas formas de organização, e desenvolvido inúmeras técnicas de cultivo e comercialização a fim de dar vazão à produção e seu excedente produzido. Modernamente, na verdade simultaneamente ao desenvolvimento da produção fabril, o sistema cooperativista vem desempenhando um papel relevante na economia de vários países do mundo, principalmente no que se refere a reduzir os custos de intermediação na comercialização da produção dos associados. Historicamente, as cooperativas foram criadas para atender a demanda de produtores de diversos mercados com relação a melhoria nos preços, prestação de serviços, redução dos custos, e problemas de gestão de estoques. Um dos objetivos principais do sistema é promover crescimento econômico e melhorias sociais aos cooperados e de suas comunidades por meio de geração e distribuição da renda gerada. O artigo discute as principais características do sistema cooperativista do setor agropecuário, estabelecendo uma interface com a Teoria dos Custos de Transação. À luz da teoria, procura-se examinar como as cooperativas auferem economias no custo de suas transações, e obtém ganhos de eficiência para os produtores. Um dos aspectos cruciais estudado é o estabelecimento de contratos durante a comercialização da produção agropecuária, prática que tem se tornado bastante comum na atividade como forma de reduzir os custos de transação e os riscos decorrentes do comportamento das partes envolvidas. Através da análise, entende-se que, como as cooperativas são formada por um conjunto complexo de contratos, elas auferem ganhos financeiros significativos (poupam custos de transação) ao internalizarem a comercialização dos produtos dos cooperados, especialmente aquelas voltadas para a comercialização da produção.

**Palavras-chave:** Teoria dos Custos de Transação, cooperativas, agropecuária.

## 1. Introdução

A agricultura e a pecuária têm sido desde tempos imemoriais, atividades cruciais para a sustentação e expansão da vida humana. Não há como exagerar esta assertiva uma vez que muito antes do início da atividade capitalista propriamente dita, o homem tem elaborado formas diversas de organização e desenvolvido as mais diversas técnicas de cultivo e

comercialização a fim de dar vazão à produção e seu excedente produzido. Ao longo da história, várias Escolas de Pensamento foram se formando em economia tendo a atividade agropecuária como fundamento de seus princípios.

Durante os séculos XVI a XVIII, quando as bases materiais do capitalismo estavam sendo erigidas, surgiu a Escola Mercantilista e a Fisiocrata. A primeira pregava forte intervenção do Estado na economia para assegurar mercados locais e proteger as fontes de matérias-primas (protecionismo). Segundo seus interlocutores intelectuais, dentre os quais Thomas Mun (1571-1641), Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), e Philipp von Hörnigk (1640-1712), a riqueza consistia na acumulação de metais preciosos obtidos por meio de superávits comerciais, estímulo às exportações e restrição às importações a fim de garantir uma balança comercial positiva. Para eles, o comércio e indústria eram mais importantes do que a agricultura.

Por outro lado, a Fisiocracia de François Quesnay (1694-1774), Marquês de Mirabeau (1715-1789), e Robert-Jacques Turgot (1727-1781), advogava que o sistema econômico deve ser considerado como um “organismo” regido pela ordem natural (*Tableau Économique*). Assim, toda riqueza era provida pela agricultura, bem como o trabalho produtivo (agricultores) era considerado a fonte da riqueza das nações. Os excedentes da agricultura fluíam pela economia na forma de renda, salários e comércio e eram os reais motores do sistema.

A partir daí, a discussão sobre a importância do setor se alonga sobremaneira e foge aos objetivos deste artigo elaborar este tipo de análise. Um dos aspectos cruciais a ser discutido neste estudo é o estabelecimento de contratos durante a comercialização da produção agropecuária, prática que tem se tornado bastante comum na atividade como forma de reduzir os custos de transação e os riscos decorrentes do comportamento das partes envolvidas. A negociação e o acompanhamento destes contratos geram custos elevados aos produtores individuais, levando-os a buscar formas organizacionais que lhes permitam reduzir as falhas de mercado e as incertezas associadas às transações. Neste contexto, as cooperativas voltadas para este ramo de atividade ganha importância devido ao seu papel de coordenação das relações contratuais de maneira eficiente.

O artigo abordará o tema à Teoria dos Custos de Transação (TCT), estabelecendo uma interface com o Sistema Cooperativista. Seu principal objetivo é explicar a natureza das cooperativas ligadas ao ramo Agropecuário, especialmente aquelas voltadas para a intermediação da comercialização da produção, e como elas proporcionam economias dos custos de transação, a partir dos princípios teóricos da TCT.

O artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda apresenta uma análise da evolução histórica do cooperativismo a nível mundial. A terceira seção analisa o conceito e o papel do sistema cooperativista para a atividade econômica. A quarta discute os pilares teóricos fundamentais da Teoria dos Custos de Transação (TCT) tal como preconizada pela Nova Economia Institucional. Esta revisão tem por objetivo capturar as bases teóricas desta Escola para interpretar a natureza e o desempenho do sistema cooperativista à luz desta abordagem. Finalmente, breves considerações concluem o artigo.

## **2. Surgimento e evolução histórica do cooperativismo**

De acordo com Bonin, Jones e Putterman (1993), estudiosos alegam que o interesse pela criação de cooperativas surgiu por volta do século XIX devido à necessidade de se promover melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores que à época eram desprovidos de rede social de segurança. De fato, a literatura assevera que as primeiras cooperativas surgiram a partir da luta por melhores condições de vida e por melhorias na remuneração, atendendo assim aos interesses dos trabalhadores, consumidores e produtores rurais.

Segundo Celso Furtado (1961), uma das principais características da Revolução Industrial em sua primeira etapa foi a redução dos salários e aumento da jornada de trabalho. Ricciardi (1996) acrescenta que este período foi caracterizado pela instalação de equipamentos de capital altamente custosos, provocando o fechamento de pequenas organizações e o desemprego da mão-de-obra artesanal. Ao mesmo tempo em que a classe artesã passava por uma fase de importante perda de seu poder de compra, camponeses foram expulsos das propriedades rurais, criando grandes dificuldades socioeconômicas à população em geral. Estes problemas de ordem social eram agravados pelo comportamento oportunista dos comerciantes que, aproveitando-se da situação de fraqueza destes trabalhadores, vendiam bens de consumo em geral a preços elevados (FAIRBAIRN, 1994).

Nesta fase da Revolução Industrial, a cidade inglesa Rochdale se destacava como um centro de produção especializada no setor têxtil, em que predominava o uso de teares manuais. Porém, devido às inúmeras inovações introduzidas nesta época, estes teares foram sendo substituídos por equipamentos mecânicos. Além disso, Fairbairn (1994) relatou que este setor perdeu mercado em consequência da política de preços norte-americana. Por estes motivos, a indústria têxtil de Rochdale ingressou em um período de importante declínio econômico. Associado à mudança tecnológica, esta situação gerou grande descontentamento entre tecelões e conflitos trabalhistas.

A cidade também era um centro que praticava a atividade cooperativista. Prova disto é que, em 1830, um grupo de tecelões de flanela formou a chamada *RochdaleFriendlyCo-operativeSociety* baseada em premissas que mais tarde seriam utilizadas pelos "Pioneiros de Rochdale".

Na década de 1840, a população de Rochdale e de outras localidades da Europa passavam por período de pobreza e fome causadas pela persistência de elevados níveis de desemprego. Diante da necessidade de sobrevivência e em reação às condições econômicas e sociais então precárias, um grupo de tecelões se uniu na Inglaterra em 1844, montou um armazém com o objetivo de adquirir bens de consumo e fundou uma cooperativa chamada *RochdaleSocietyofEquitablePionneers*, também conhecida como "Pioneiros de Rochdale".<sup>1</sup> O grupo era movido por objetivos econômicos e sociais. Os econômicos consistiam em melhorias nos preços dos alimentos e fornecimento de bens de consumo aos associados, criação de um estabelecimento para a comercialização de bens de consumo básico e organização e distribuição da produção, de modo a estabelecer uma sociedade auto-sustentável. Os objetivos sociais eram melhorar os níveis de educação, moradia para seus membros e as condições de trabalho. Além disso, também visavam constituir uma associação de propriedade dos próprios membros, de modo que os lucros eram para o benefício dos associados, e de ajuda mútua como forma de alcançar seus objetivos.

Esses trabalhadores se empenharam em criar um conjunto de regras e regulamentos baseados em princípios de moral e conduta para a organização e funcionamento da cooperativa. Tais princípios foram importantes para formar a base econômica e social de todo o sistema. Além disso, algumas experiências vividas por membros desta associação em organizações anteriores a esta contribuíram para o amadurecimento de suas ideias. Por esse motivo, obtiveram bastante sucesso no decorrer do tempo. Para Ricciardi (1996), o êxito da cooperativa de Rochdale foi resultado justamente dessa experiência acumulada por seus cooperados.<sup>2</sup> De fato, segundo Fairbairn (1994, p. 3) "[...] even the Rochdale Pioneers, whose

---

<sup>1</sup> De acordo com Fairbairn(1994), o movimento de criação dos Pioneiros de Rochdaleera movido por ideais cooperativistas de ativistas, pensadores, líderes. O industrial e reformador Robert Owen teve importância em suas ideias baseadas no socialismo, sindicalismo, cooperação e reforma social.

<sup>2</sup>Sabe-se que a primeira cooperativa surgiu nos anos 1760, na Inglaterra, a partir da organização de um grupo de trabalhadores insatisfeitos com o preço do trigo. Tais trabalhadores se uniram a fim de fundar seu próprio moinho. Deve-se destacar, também, que a Revolução Francesa foi um acontecimento que desencadeou uma depressão econômica na Inglaterra, incluindo os problemas de abastecimento, uma vez que as indústrias estavam voltadas para a produção de material bélico, tornando a situação da massa trabalhadora bastante difícil. Nesse contexto, diversas organizações de consumo foram criadas ao longo do tempo, principalmente no início da década de 1790, quando da elevação no preço do trigo, causada pelos conflitos entre a França e a Inglaterra.

success in retrospect seems almost magical, were the result of decades of hard work, failures, and disappointments".

Na década de 1850, os Pioneiros de Rochdale tentaram ampliar a associação com a criação de um moinho de farinha denominado *Co-operative Corn Mill Society*, de propriedade conjunta com mais cinco associações ligadas ao varejo, e da *Rochdale Co-operative Manufacturing Society*, com a instalação de mais de 90 teares (FAIRBAIRN, 1994). Seguindo o exemplo destes pioneiros, diversas cooperativas de consumo foram sendo criadas na Inglaterra ao longo dos anos seguintes. No início da década de 1860, cerca de quinhentas cooperativas deste mesmo ramo já existiam no país (RICCIARDI, 1996).

Schneider (1981, p. 11) relatou que o surgimento do cooperativismo se deu "[...] como uma proposta de superação 'pacífica' do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica como o desencadear da Revolução Industrial [...]". De fato, conforme Zeuli e Cropp (2004) registraram, as cooperativas foram criadas em períodos de tensões econômicas. Este tipo de associação constituiu uma alternativa às instituições capitalistas tradicionais que visam o lucro, obtendo sucesso com o passar do tempo ao dar origem ao sistema cooperativista, expandindo-se para diversos países. A este respeito, Fairbairn (1994) asseverou que este modelo deu início a um grande movimento cooperativista em nível mundial e se assemelha ao que à época era conhecido como desenvolvimento sustentável. O autor complementou ainda que Rochdale foi um "[...] active symbol that influences understanding of co-operatives in countries around the world today [...]" (FAIRBAIRN, 1994, p. 1).

Neste sentido, o modelo cooperativista surgido na Inglaterra foi se expandindo para diversos países ainda no século XIX, sendo adaptado e diversificado de acordo com as realidades idiossincráticas de cada nação. Atualmente, está presente em quase todos os países do mundo. Nas nações europeias como Alemanha e França, foram criadas cooperativas de crédito e produção em meados do século XIX. O movimento também se expandiu para outros países como Bélgica, Holanda, Japão, Itália, entre outros, passando por diferentes experiências ao longo dos anos.

De acordo com a *Cooperative Development Foundation* (CDF) (2013), a primeira e mais antiga cooperativa (porém menos conhecida que os Pioneiros de Rochdale) foi fundada nos Estados Unidos em 1752 por Benjamin Franklin. Essa cooperativa foi chamada *Philadelphia Contributorship for the Insurance of Homes from Loss by Fire*, e ainda está atividade. Já em 1845, pessoas se reuniram e fundaram uma cooperativa de consumo de bens de necessidades básicas, baseada nos princípios de Rochdale. Porém, a maioria das

cooperativas foi criada para atender os objetivos dos agricultores, quais sejam: melhoria nos preços, prestação de serviços, redução dos custos. A partir da década de 1870, os agricultores começaram a se unir e, a partir dos anos 1880, se mobilizaram juntamente com outros trabalhadores em reação ao desenvolvimento industrial (FAIRBAIRN, 1994). No entanto, muitas das cooperativas criadas no país não permaneceram em atividade devido à insuficiência de capital investido pelos membros, e a falhas na gestão.

Na Bélgica e na Holanda, as cooperativas surgiram ainda no século XIX. A primeira cooperativa belga foi criada em 1848, mas o movimento nunca foi expressivo no país. Um dos motivos foi a criação de uma legislação bastante ampla que dificultou a distinção entre cooperativa e demais empresas. Ao contrário do caso belga, as cooperativas holandesas foram contempladas com uma legislação específica para a organização, permitindo que o movimento se difundisse para diversos setores da economia, tais como crédito, agricultura, construção, habitação (GAGLIARDI, 2009).

Segundo Gagliardi, o movimento cooperativista italiano teve início no ano de 1854, crescendo de forma considerável durante o século XX e se tornando um elemento bastante importante para o sistema econômico. Experiência semelhante ocorreu com as cooperativas na Espanha, onde o movimento cooperativista tornou-se bastante amplo e concentrado em regiões, com uma legislação específica a fim de regular o sistema. Por sua vez, o cooperativismo francês, também teve início em meados do século XIX. Embora este sistema seja bem desenvolvido no país, não apresentou elevada participação na economia e sempre sofreu intervenções do Estado.

Em 1860, cooperativas de consumo foram criadas na Dinamarca a partir do modelo de Rochdale. Porém, nenhuma legislação específica para o movimento foi criada. De acordo Gagliardi (2009), talvez por esse motivo não foi proporcionado um ambiente favorável para a criação de cooperativas. Na Polônia, a criação das cooperativas se deu na década de 1870. Ainda neste século, o movimento começou a desempenhar importante papel econômico, social e político, contando com o apoio de diversas instituições, principalmente na área rural.

O surgimento das cooperativas na Iugoslávia é recente. Conforme Gagliardi destacou, a criação das empresas de autogestão no país se deu na década de 1950 e permitiu a introdução de práticas democráticas no ambiente de trabalho das empresas. Com isso, os trabalhadores passaram a participar das tomadas de decisão.

No Japão, o cooperativismo surgiu em meados do século XIX, principalmente nos setores industrial e agrícola. No início do século XX, seu desenvolvimento foi resultado de esforços do governo e incentivos para a criação de cooperativas locais. Na metade do século,

uma reforma regulatória permitiu a expansão do setor cooperativo para ramos de consumo, pesca e crédito, acompanhando o crescimento da economia. Nos primeiros anos da presente era, o movimento tem apresentado relevância nos ramos de seguro, agricultura, varejo de alimentos, assistência médica e habitação (GAGLIARDI, 2009). Em síntese, o período entre as décadas de 1930 e 1960 foi marcado pelo crescimento das cooperativas nos países em desenvolvimento.

Ainda segundo Gagliardi (2009), a existência de instituições é de fundamental importância para o desenvolvimento de firmas cooperativas. Ao mesmo tempo, a ausência de uma legislação específica conduz a um baixo desempenho e pouca significância do movimento, como ocorreu nos casos da Bélgica e Dinamarca. Reformas institucionais no sistema financeiro e em outros setores também são importantes na promoção do desenvolvimento do setor cooperativo, como aconteceu na França, Espanha e Itália. Nos Estados Unidos, também, as instituições financeiras desempenharam um importante papel para as cooperativas agrícolas, conforme relatou a autora.

### **3. Examinando o conceito e o papel do sistema cooperativista para a atividade econômica**

Uma importante linha de pensamento econômico que preocupa-se com o estudo da cooperação e do cooperativismo é formada pelos chamados Socialistas Utópicos. Estes pensadores preocupam-se com os problemas sociais da Europa do século XIX, principalmente com a exploração da classe operária. Além disso, defenderam a cooperação como mecanismo alternativo ao mercado e a adoção de uma co-propriedade dos meios de produção ao invés da propriedade privada. Ou seja, defendiam que uma possível solução para a transformação do sistema econômico no sentido de melhorar o padrão de vida de um volume maior de trabalhadores é a cooperação e associações cooperativas.

#### **3.1. O conceito de Cooperativismo**

Embora diversos autores e organizações tenham se preocupado em definir o conceito de cooperativa, algumas definições tem abrangência analítica importante para os propósitos da seção. Segundo a definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)<sup>3</sup>, uma cooperativa

---

<sup>3</sup> A ACI consiste em uma organização que tem como objetivo representar as cooperativas em nível mundial. Assim, a ACI consiste em uma organização cooperativista e não governamental, com sede em Genebra (Suíça) (OCB, 2013). Sua criação em 1895 foi importante para a criação de estruturas cooperativas internacionais e para a organização dos princípios de Rochdale (FAIRBAIRN, 1994).

é vista como: "[...] an autonomous association of persons united voluntarily to meet their common economic, social, and cultural needs and aspirations through a jointly-owned and democratically-controlled enterprise", cujo elemento essencial é a adesão voluntária (ICA, 2013). Já a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)<sup>4</sup> (2013) definiu uma cooperativa como "[...] uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade" e que possuem objetivos sociais e econômicos em comum. Por sua vez, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, em vigor até hoje, definiu cooperativas como "[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]" (Art. 4º).

Fleury (1983, p. 21-22) definiu cooperativa como:

[...] uma associação de pessoas que se rege por três princípios básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa significa que os usuários da cooperativa e não os detentores do capital são seus proprietários; a gestão cooperativa implica em que o poder decisório se concentra em mãos dos associados; a repartição cooperativa significa que a distribuição do lucro da cooperativa (as sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma.

Assim, de acordo com a autora, uma cooperativa apresenta determinadas características que a distinguem de uma empresa privada, permitindo que seus membros tenham condições de alcançar seus objetivos individuais. Ao contrário de uma empresa privada, uma associação cooperativa é uma sociedade simples, regulamentada por uma legislação específica, e cujo objetivo não é a obtenção de lucro, mas a prestação de serviços. Suas decisões são tomadas de forma democrática, de modo que cada cooperado tem direito a um voto. Centner (1988, p. 95) por sua vez, definiu a organização da seguinte forma:

[...] a nonprofit organization comprising people with a common objective of collectively achieving a goal in whereby each member has a voice in the selection of management and proportional participation in the benefits accruing from association's activities [...].

De modo geral, as cooperativas consistem em uma organização econômica e voluntária de agentes econômicos e de seus recursos. Porém, avanços são verificados em cada conceito elaborado. Inicialmente a cooperativa era vista apenas como uma forma de satisfazer as necessidades econômicas e sociais de um determinado grupo de pessoas e baseava-se em princípios de moral e conduta. À medida que as instituições evoluíam, a cooperativa passou a

---

<sup>4</sup> A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em 1969 com o objetivo de representar as cooperativas do país. A organização é responsável por promover e proteger o sistema, bem como orientar as cooperativas.



ser vista como uma organização de natureza jurídica, regulamentada, mas sem excluir seus ideais de cooperação, ajuda mútua e progresso social. Tais avanços foram importantes pois as condições econômicas sofrem mudanças ao longo do tempo.

Também é possível notar nestes conceitos a presença de dois elementos comuns relacionados ao cooperativismo: associação de pessoas e cooperação. Os sócios de uma cooperativa, também chamados de cooperados, são indivíduos que exercem uma atividade econômica para a qual a organização está voltada. Ou seja, estes agentes estão voltados para a produção de um mesmo produto, ainda que seja pouco expressivo para a economia em termos de sua participação relativa na produção agregada. Esses sócios possuem características produtivas e interesses comuns e, além de constituir um empreendimento ao associar-se a uma cooperativa, buscam unir uns aos outros para que, diante de situações adversas, possam ajudar-se mutuamente, transformando tais situações em bem-estar econômico e social, de acordo com a organização. Ou seja, elas têm o objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais de um grupo de agentes econômicas, aumentar a rentabilidade e a produtividade e criar alternativas que aumentem a competitividade no mercado. Sendo esta uma forma de cooperação, todos os indivíduos possuem os mesmos direitos, de modo que os resultados devem ser repartidos proporcionalmente à participação de cada um.

Complementar às definições mencionadas acima, Cook, Chaddad e Iliopoulos (2004) verificaram que as cooperativas podem ser vistas sob três formas: a) como um complexo de contratos; b) como uma firma independente; c) como uma aliança. No caso da primeira forma de cooperativa, alguns estudos sugerem que as cooperativas estabelecem contratos com seus cooperados, por isso podem ser vistas como um complexo de contratos. Já o segundo caso refere-se ao fato de que a cooperativa é uma firma que busca alcançar um objetivo comum, ou seja, o bem estar dos seus cooperados, de modo que pode determinar a forma como operar. Finalmente, a cooperativa pode ser vista como uma firma que realiza alianças para atender os interesses de um grupo de agentes econômicos. Na verdade, uma aliança forte permite ganhos, de modo que a distribuição dos benefícios deve ser negociada entre os membros, na visão dos autores.

### **3.2. Importância das cooperativas para a atividade econômica**

Durante o século XIX, foram criadas instituições alternativas às firmas que buscam lucro, que ficaram conhecidas como cooperativas. Fleury (1983) buscou então investigar o significado do cooperativismo em um sistema capitalista. Para a autora, a criação do

cooperativismo surgiu do objetivo de se criar uma "comunidade utópica", embora apresentasse diversas dificuldades.

Apesar de as cooperativas desempenharem um importante papel na economia, nos últimos anos do século XX, a teoria da firma não dedicou atenção suficiente ao papel dessas organizações no sistema econômico (HOLMSTRÖM, 1999). Talvez porque muitos autores acreditem que elas tendem a se transformar em empresas capitalistas. No entanto, Fleury (1983) defendeu que tais previsões não se concretizaram. Em países mais avançados, por exemplo, a persistência da agricultura familiar diante da mecanização da agricultura e do desenvolvimento do capitalismo significou uma forma de o cooperativismo defender-se da perda de poder de mercado para outros setores da economia.

Outro importante fator para que as cooperativas continuem desempenhando papel fundamental no desenvolvimento econômico é a globalização. Stiglitz (2004) citou o exemplo das cooperativas italianas, que foram criadas para atender às necessidades das pequenas e das médias empresas. Isto obteve sucesso no país uma vez que as pequenas e médias empresas são mais eficazes diante da globalização, segundo o autor. Neste contexto, as cooperativas (principalmente as agropecuárias) tem se mostrado de grande importância também no que se refere à gestão e no progresso social.

Na visão de Hansen (2009), a globalização consiste na participação de uma empresa ou organização no mercado internacional, seja na forma de produtos, recursos, ou mesmo sob a forma geográfica. Por isso, passa a ser vista como um desafio positivo para as cooperativas, pois permite melhorar a competitividade, beneficiando os produtores. Além disso, as mudanças no setor produtivo permitem a interação das diversas organizações, por exemplo, associações e cooperativas, levando-as a adquirir importância relevante dentro do sistema econômico, principalmente, no que se refere ao acompanhamento de todo o processo produtivo.

Ao contrário das empresas capitalistas que visam à promoção da acumulação e a rentabilidade do capital, as cooperativas são de propriedade dos associados e a organização da produção objetiva a maximização dos seus próprios interesses (LEVIN, 1984). Ou seja, a gestão das cooperativas é de responsabilidade dos próprios cooperados e todas as decisões devem fazer parte dos interesses dos membros. Nesse caso, clientes, trabalhadores e cooperados de uma cooperativa passam a ser os proprietários da organização.

O estudo de Carson (1977) intitulado *A Theory of Cooperatives*, verificou que o fato de os produtores sentirem-se proprietários da associação permite que a cooperativa enriqueça os trabalhos dos cooperados, promovendo maior satisfação. Gagliardi (2009) também relatou

que esse fato permite que o esforço do cooperado seja maior em uma firma cooperativa do que em uma empresa que visa o rendimento do capital, pois ele torna-se o responsável pela organização e pelo destino da cooperativa. De fato, o trabalho de controle dos membros é um fator bastante importante para a organização. A decisão conjunta torna os membros mais responsáveis pelas decisões e mais honestos com os demais associados, facilitando a interação entre eles. Neste contexto, a eficiência econômica das cooperativas inclui a produtividade, o bem estar do associado e a eficácia, de modo que tal eficiência é atingida por meio da prática dos princípios cooperativistas. Assim, a cooperação entre os agentes fornece incentivos econômicos para que se sintam motivados a agir em conjunto e formar cooperativas. Por causa desses motivos, as cooperativas podem apresentar maior eficiência que outras formas organizacionais.

Além disso, as cooperativas cada vez mais desempenham papel significativo na economia pois ajudam a proporcionar o desenvolvimento das condições econômicas e sociais dos cooperados e de suas comunidades. Segundo Bialoskorski Neto (2004), elas contribuem para a geração e distribuição de renda, por meio da distribuição *pro-rata* dos resultados entre os cooperados, bem como para o acesso à educação para as comunidades e geração de emprego, sem a intenção de obter lucro através disso. Kalmi (2007) também verificou que as cooperativas tem importância social uma vez que promovem a redução da pobreza nas regiões onde atuam e a estabilidade social, o que a distingue de uma corporação financeira. Nesse sentido, pode-se afirmar que o movimento permite que a sociedade participe do desenvolvimento econômico. No entanto, deve-se destacar que geração e distribuição de renda são possíveis apenas se houver eficiência econômica (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

Através da Lei nº 5.764, as cooperativas podem prestar serviços de qualquer gênero e operar em qualquer atividade, desde que se obriguem a seguir o formato de "cooperativa". Diante disso, Schneider (1981) asseverou que um de seus objetivos mais importantes é organizar os agentes voltados para uma determinada atividade econômica. Por meio deste, pode oferecer bens e serviços de qualidade, e promover maior escala de produção e padronização dos produtos de modo a melhor atender as demandas do mercado, facilitando as negociações com as grandes empresas. Dessa forma, aumentam o poder de barganha dos produtores, principalmente quando se trata do setor agropecuário.

Conforme Gertler (2001) destacou, as cooperativas permitem que os produtores atendam as exigências de qualidade dos produtos. Logo, embora o mercado cooperativo ainda seja pequeno, muitas empresas preferem estabelecer relações com cooperativas, buscando comprar os produtos por meio delas, devido ao preço e à qualidade e, principalmente com o

intuito de contribuir para a criação e o desenvolvimento do cooperativismo (VIEITEZ E DAL RI, 2001).

Em suma, as cooperativas consistem em estratégias que visam o aumento da competitividade à medida que obtém maior poder de negociação nas transações com grandes redes, principalmente no que se refere a melhoria de preços aos produtores. O cooperativismo é visto como uma alternativa para a redução das desigualdades econômicas e sociais e dos desequilíbrios (OCB, 2004). Ao contrário de uma empresa privada, as cooperativas promovem alternativas para que seus associados possam obter retornos satisfatórios de sua produção.

#### **4. Interpretando o sistema cooperativista à luz da Teoria dos Custos de Transação**

##### **4.1. Evolução do conceito de custos de transação: Commons e Coase**

Ainda que de maneira bastante embrionária, o conceito de transação foi inicialmente investigado por John Commons e Ronald Coase ao longo da década de 1930. Outros trabalhos de Coase também investigam o conceito de transação. Em seu artigo de 1931 (*Institutional Economics*), Commons afirmou que a transição entre Escola Clássica e a Escola Institucionalista é marcada pelo distanciamento entre suas unidades de investigação: enquanto a primeira dedica-se aos indivíduos e às mercadorias, a segunda dedica-se às transações e às regras. Uma importante questão investigada pelo autor foi justamente essa relação entre as transações e as regras conforme destacado por Harter Jr. (1967). Na concepção de Commons (1931, p. 652), uma transação não representa uma troca de mercadorias mas sim:

[...] the alienation and the acquisition, between individuals, of the rights of property and liberty created by society, which must therefore be negotiated between the parties concerned before labor can produce, or consumers can consume, or commodities be physically exchanged.

Commons (1931) também reconheceu que diante dos conflitos gerados pela disputa de interesses entre os agentes, as ações dos indivíduos devem ser governadas por normas<sup>5</sup>. Desse modo, definiu três tipos de transação, as quais envolvem diferentes hierarquias de ação coletiva: transações de negociação, transações de administração e transações de racionamento. Na primeira forma, compradores que competem entre si, e vendedores que

---

<sup>5</sup> Complementar à análise do autor, Furubotn e Richter (2005) definiram transação como a transferência dos direitos de propriedade de um indivíduo para o outro. Ainda na visão dos autores (p. 50), uma transação econômica consiste em uma ação social, que envolve regras com o objetivo de manter o ambiente institucional no qual ocorrem as atividades econômicas.

também competem uns com os outros, negociam um determinado bem no mercado a partir de regras de trabalho construídas. Evidentemente, essa negociação gera conflito de interesse entre as partes. Nas transações de administração, as ordens partem dos gestores, ou seja, as regras de funcionamento têm origem no interior da firma a partir de dois princípios fundamentais que regem este tipo de transação: a relação entre os participantes da transação e a eficiência. Em suma, consiste em uma relação de "comando e eficiência" (Rutherford 1983). Finalmente, as transações de racionamento resultam do poder de decisão de um agente superior sobre a ação dos indivíduos, de modo a restringi-la. Commons (1931) explicou que essas transações dependem de regras, ou seja, os indivíduos devem obedecer a determinadas ordens, por isso são chamadas de racionamento.

As relações acima definidas por Commons apresentam três elementos distintos: conflito, dependência e ordem. Em sua investigação, o autor buscou entender que unidade de análise envolve tais elementos e verificou que a transação é o único objeto de investigação que relaciona estes três elementos. Além disso, as espécies de transação apresentadas acima funcionam como regras, ou seja, mecanismos de controle da ação individual, que consistem em uma instituição. De fato, para Commons (1931, p. 648) o termo instituição significa ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual. Posteriormente, em seu artigo *The Place of Economics in Social Philosophy* (1935), ele complementou sua análise destacando que as instituições são mecanismos da ação coletiva controlar a ação individual através de regras, regulamentos, estatutos, etc.

Rutherford (1983) destacou que a visão de Commons implica que instituições significam a incorporação da ação coletiva, que funciona na forma de regras, práticas comuns, costumes e leis, de modo a controlar a ação dos indivíduos através de restrições físicas, morais e econômicas. Por ação coletiva entende-se desde costumes organizados e praticados pela sociedade até organizações governadas por regras e que possuem princípios em comum. Já por ação individual, não se compreende como um comportamento individual, mas como uma relação entre os indivíduos, ou seja, uma transação.

Nota-se, aqui, a importância dada pelo autor às instituições como instrumentos que surgem com o objetivo de garantir que as trocas sejam realizadas. De fato, para Commons (1931), as organizações devem estabelecer normas com o objetivo de coordenar as relações econômicas entre os indivíduos. Ademais, deve-se levar em consideração que essas normas de conduta se modificam ao longo do tempo e à medida que as condições econômicas sofrem mudanças.

Na visão de Rutherford (1983), os principais elementos investigados pelo autor referem-se aos mecanismos envolvidos na seleção das regras no decorrer do tempo e à forma como as regras controlam o comportamento da economia. Por sua vez, Harter Jr. (1967) identificou um importante legado deixado por Commons (1931), qual seja: as regras estabelecidas pela sociedade em seu contexto histórico específico determinam como os agentes devem agir em uma transação.

Coase também contribuiu para a introdução dos custos de transação na análise da economia. Em seu artigo intitulado *The Nature of the Firm* (1937), mostrou-se insatisfeito com o fato de que a abordagem tradicional dedicava pouca atenção às firmas. Na verdade, a introdução da abordagem dos custos de transação na teoria econômica se deu a partir da constatação Coasiana de que ao recorrer ao mercado para negociar quaisquer tipos de contrato, o agente se depara com custos de transação significativos.

Existem relações cujos contratos são complexos e não satisfazem todas as necessidades das operações de troca. Por este motivo torna-se necessário um mecanismo que organize a produção ou aloque os recursos de forma a reduzir tais custos. Assim, pode-se afirmar que um mecanismo eficiente na alocação dos recursos e na redução dos custos de transação seria a firma. Coase (1937) então preocupou-se em investigar a origem da firma e seus limites de produção. Em suma, a firma surge como modo alternativo ao mercado no que se refere à redução dos custos, dado que é uma instituição que busca poupar os custos de transação, de forma que seus limites estão condicionados aos custos de se organizar a produção e aos custos da transação no mercado. Os custos da organização interna variam de acordo com os diferentes modos de distribuição e de organização das transações pela firma. Estes custos também variam por meio do mecanismo de preços porque as operações de troca são bastante diversificadas e dificilmente apresentam características semelhantes.

Cada tipo de transação deve ser realizada em um tipo de organização a fim de reduzir os custos. As transações podem ser executadas através do mercado ou através de contratos estabelecidos entre os agentes, o que depende dos custos apresentados pelo mecanismo de preços do mercado. Se os custos forem elevados é mais sensato realizar a troca por meio de um contrato a fim de reduzi-los, do que realizá-la por meio do mercado. Isso deve ocorrer porque, como Coase destacou em *The Problem of Social Cost* (1960), é bastante custoso conhecer quem são os agentes interessados na negociação e suas condições para negociar e realizar todos os procedimentos envolvidos na relação. Por isso, sempre haverá custos para realizar determinadas transações. Neste mesmo artigo, o autor definiu firma como um modo alternativo de se organizar a produção através das transações de mercado.

Para Coase (1972), no caso de transações realizadas no mercado, os custos de negociação e de execução de um contrato serão mais relevantes. Por isso, ao substituir o mercado pela firma, as transações devem ser realizadas a um custo menor para que os agentes não decidam recorrer novamente ao mercado. Neste artigo, ele também se preocupou com a organização da firma. A relação entre os custos de se recorrer ao mercado e os custos de se organizar as atividades no seu interior influenciará o modo como as atividades estão agrupadas<sup>6</sup>. Destaca-se que os custos de se organizar as atividades no interior das firmas dependem dos sistemas legal, político, social, educacional e cultural e das mudanças tecnológicas (COASE, 1972; 1998).

Em seu artigo de 1991, explicou que a existência da firma é justificada pela decisão dos agentes de evitar os custos de transação que ocorrem por meio do mercado. Por isso, antes de realizar qualquer negociação os agentes precisam calcular os custos de transação (COASE, 1991). O autor também observou que como a firma é um instrumento de organização da produção, ela substitui o mercado e funciona como um meio alternativo de atingir o mesmo resultado, porém a um custo inferior daquele obtido ao se utilizar o mercado para realizar as transações.

#### **4.2. Investigando a ligação entre a natureza das cooperativas agropecuárias e a abordagem dos Custos de Transação**

A partir da análise anterior, é possível afirmar que a Teoria dos Custos de Transação (TCT) permite estabelecer uma interface entre seus princípios e a natureza das instituições voltadas para a organização das transações. Ao mesmo tempo, um importante aspecto do estudo da evolução histórica das cooperativas é que ela permite que sejam estabelecidas interfaces entre a natureza das cooperativas e a abordagem teórica em discussão.

Conforme destacado, a TCT permite explicar a relação estabelecida entre as cooperativas e os cooperados principalmente no que se refere aos ganhos de eficiência, sobretudo porque o foco principal da teoria está relacionado com o modo de organização da atividade econômica. O estabelecimento desta relação ocorre a partir da análise dos pressupostos comportamentais, sobretudo do oportunismo, das características das transações (dimensões críticas) e das estruturas de governança.

Inicialmente, uma questão importante a ser destacada é que, segundo Williamson (1981), a TCT defende que é preciso levar em consideração a maneira como as formas

---

<sup>6</sup>Pessali (1998, p. 13) questionou o porquê de os custos de transação não serem superados no interior na firma. Segundo o autor, quanto mais transações uma firma agrega, maiores são os retornos decrescentes durante a atividade e mais chances os agentes terão de cometer erros durante o processo de alocação dos fatores.

organizacionais lidam com problemas relacionados à transação. Nesse contexto, cooperativas consistem em uma forma organizacional que pode participar das diversas etapas do processo produtivo. Deste modo, permite estreitar os elos de intermediação das transações no interior da cadeia produtiva uma vez que funcionam como intermediárias na comercialização da produção, em especial para aquelas voltadas para o ramo Agropecuário. Assim, estas cooperativas surgem como uma instituição alternativa ao mercado.

As relações subjacentes a esta forma de coordenar as transações ocorrem através de um sistema de contratos que servem como garantia de comercialização total dos produtos, reduzindo assim o nível de incerteza inerente a estas transações, uma vez que os agentes envolvidos devem obedecer às regras estabelecidas, respeitando os limites. Por meio da associação dos produtores é possível coordenar a cadeia de produção uma vez que a associação consiste em um complexo de contratos com os cooperados e com as firmas. Zylbersztajn(2002) corretamente enfatizou que esta estrutura contratual configura uma forma de governança, que consiste em como um mecanismo utilizado pelos agentes econômicos para coordenar suas atividades econômicas e garantir que as transações ocorram da forma como foram planejadas. Ou seja, existe para minimizar os custos de transação e são vistas como parte importante da questão ligada à eficiência(WILLIAMSON, 1979).

Conforme assevera a literatura, produtores reduzem os custos de transação ao internalizarem a comercialização do produto por meio deste tipo de aliança. Em outras palavras, ao associar-se a uma cooperativa, o produtor individual reduz os riscos (principalmente durante a comercialização de seus produtos) e as oscilações de preços dos produtos, e passam a garantir seu espaço no mercado. Nem sempre é fácil encontrar um comprador de grande escala para seus produtos, por isso as cooperativas são tão importantes dado que por meio delas o produtor tem a garantia de que, mesmo produzindo em menor escala, seu produto será vendido. Assim, conforme enfatizou Levin (1984), produtores são incentivados a manter a produção sem interrupção contribuindo assim para a redução dos possíveis prejuízos associados à perda de receita de venda. Ao mesmo tempo, ao assumir o compromisso de comercializar o produto dos associados, as cooperativas desenvolvem uma reputação, aumentando a confiança e limitando o comportamento oportunista em ambas as partes.

Aplicar a Teoria dos Custos de Transação ao estudo das cooperativas ligadas ao ramo Agropecuário também remete a duas importantes características das transações: especificidade dos ativos e incerteza. Ativos específicos, segundo Williamson ([1985] 2012, p. 50) são aqueles ativos que possuem:



[...] investimentos duráveis que são realizados em suporte a transações determinadas, sendo que o custo de oportunidade destes investimentos é muito menor nos melhores usos alternativos ou por usuários alternativos se a transação original for terminada prematuramente [...].

O autor supõe que se um bem ou um serviço deve ser fornecido com uma tecnologia especial, será exigido um investimento em uma determinada especificidade. Embora seja mais eficiente no que se refere à manutenção da relação contratual entre comprador e vendedor, as transações de ativos específicos podem gerar complicações contratuais devido às necessidades de adaptação do contrato à peculiaridade do produto/serviço contratado. Além disso, existe o risco de que o investidor em um ativo específico possa ter dificuldades de reintroduzir o investimento no mercado sem custos, caso um contrato seja interrompido antecipadamente. Nota-se, nesse caso, que em muitas situações a relação entre os agentes envolvidos passa a ser de exclusividade ou quase exclusividade. Por isso, a continuidade das trocas possui grande relevância.<sup>7</sup>

Produtos agrícolas consistem em ativos com alta especificidade temporal pois muitos deles são sazonais e altamente perecíveis, por isso estes são ativos irrecuperáveis. Outro tipo de especificidade diz respeito à locacional (ou geográfica). Esta significa que o cultivo de determinados produtos se concentra em determinada região. Algumas vezes tais regiões podem estar distante do mercado consumidor, aumentando os custos de transporte (e estoque) e as perdas de qualidade durante o transporte. Por último, muitas culturas necessitam de insumos bastante especializados durante a produção, caracterizando-se pela utilização de ativos dedicados.

Com relação à segunda característica (incerteza), Williamson ([1985] 2012) afirma que esta tem origem no comportamento oportunista do indivíduo. Por este motivo, também pode ser chamada de incerteza comportamental. Além disso, a incerteza pode ser analisada a partir da distorção das informações decorrente do oportunismo, ou a partir de elementos ligados estruturalmente ao contrato. Entende-se que a existência de incerteza consiste em lacunas que não podem ser preenchidas por meio de contratos, abrindo espaço para a renegociação e para atitudes oportunistas.

Como se sabe, o produtor está sujeito aos riscos contratuais e a oscilações de preço de mercado, o que aumenta a incerteza e, conseqüentemente os custos de transação. Esta característica também decorre de problemas relacionados ao transporte dos

---

<sup>7</sup>Ménard (2005, p. 285) definiu especificidade dos ativos como o equivalente ao valor do investimento aplicado na produção do ativo em questão.

produtos(principalmente quando são cultivados em áreas de difícil acesso), da sua qualidade, e de fatores climáticos. Mudanças climáticas podem prejudicar o plantio e/ou a formação/desenvolvimento de determinadas lavouras, refletindo em perdas de safra e/ou na qualidade dos produtos. Estes fenômenos naturais não podem ser previstos perfeitamente, logo não é possível grafar contratos perfeitos.

Outro aspecto que aumenta o grau de incerteza é a má qualidade das vias de transporte, o que pode prejudicar o deslocamento dos produtos e/ou provocar atrasos na entrega, comprometendo assim sua qualidade. Além disso, a possibilidade de ocorrência de doenças e pragas, e a perecibilidade dos produtos, tornam o ambiente agrícola bastante incerto quando se trata de sua comercialização. Isto abre espaço para o comportamento oportunista.

Esses fatores podem gerar riscos e problemas de coordenação durante a realização das transações. Outros riscos podem resultar de informação assimétrica e comportamentos oportunistas, gerando custos de transação. A assimetria de informação relacionada à obtenção de informação sobre a qualidade dos produtos aumenta os custos de transação associados à produção agropecuária, gerando comportamento oportunista em determinado momento da transação.

Oportunismo é conhecido como a busca de interesse próprio com avidez e consiste em atitudes como "mentir, roubar e trapacear" (WILLIAMSON [1985] 2012). Em outra publicação, o autor definiu da seguinte forma: "[...] is an effort to realize individual gain through a lack of candor or honesty in transactions [...]" (WILLIAMSON, 1973, p. 317). Esse pressuposto comportamental considera que os agentes calculam suas ações na intenção de se beneficiarem, podendo inclusive distorcer as informações ou revelá-las de forma incompleta a fim de enganar ou confundir a outra parte envolvida na transação. Foi nesse sentido que Williamson ([1985] 2012) estabeleceu uma relação entre incerteza e oportunismo. Ou seja, o comportamento dos indivíduos é incerto e estratégico, o que pode implicar em problemas na negociação e na elaboração e execução de um contrato uma vez que estes dois elementos tornam o ambiente ainda mais complexo. Por exemplo, no setor agropecuário, o comportamento oportunista normalmente ocorre através da redução (dos compradores) ou elevação (dos vendedores) indiscriminada dos preços dos produtos. Estes agentes podem distorcer as informações sobre a qualidade do produto ou revelá-las de forma incompleta na intenção de obter benefícios exclusivos, configurando uma atitude oportunista.

Em síntese, a agropecuária consiste em uma atividade complexa e os custos de transação associados a ela estão relacionados à coleta de informações sobre oferta e demanda, à negociação de preços, e ao processamento e transporte dos produtos. Por estes motivos, o

estabelecimento de contratos na agricultura tem se tornado bastante comum, reduzindo os riscos e os custos de transação (FAIRBAIRN, 2003). O contrato deve indicar limites às ações dos agentes envolvidos uma transação de um bem ou serviço, dado que os agentes podem agir de maneira oportunista diante da existência de incerteza, que geram consequentemente, assimetrias de informação. Além disso, Coase (1937, p. 391) afirmou que "[...] the essence of the contract is that it should only state the limits to the powers of the entrepreneur. Within these limits, he can therefore direct the other factors of production". Também, surgem como forma de organizar o processo das trocas econômicas de maneira eficiente, consistindo em uma forma de planejar cada transação, devendo-se levar em consideração os custos associados à negociação (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1981; [1985] 2012).

Porém, a negociação e o acompanhamento destes contratos geram custos para os produtores individuais, levando-os a buscar formas organizacionais que lhes permitam reduzir os riscos associados às transações de seus produtos e as falhas de mercado decorrentes destes riscos. De fato, segundo Cook (1995, p. 1155), "[...] depressed prices or market failures create incentives for producers to react collectively [...]". Surge, então, a importância das cooperativas no setor agropecuário devido ao seu papel de coordenação das relações contratuais de maneira eficiente.

Cook (1995, p. 1155) enfatizou também que "[...] individual producers need institutional mechanisms to countervail opportunism and holdup situations encountered when markets fail [...]". Assim, as cooperativas operam a fim de restringir o comportamento oportunista através de duas ações. Primeiro, por meio da representação do produtor no que se refere à negociação de preços e à comercialização total da produção, permitindo maximizar os lucros dos produtores. Em segundo lugar, por meio do desenvolvimento de relações de longo prazo com clientes (agroindústrias, por exemplo). À medida que os produtores comercializam com maior frequência com as cooperativas, limita-se o comportamento oportunista, reduzindo desta forma os custos de transação. De acordo com a literatura da TCT, a frequência das transações também consiste em uma importante característica. Se as transações forem realizadas com menor frequência, menor a possibilidade de comportamento oportunista por parte dos agentes e menores os custos de coleta de informação e elaboração de um contrato que restrinja o comportamento oportunista. Por outro lado, em transações realizadas com maior frequência, os agentes desenvolvem uma reputação e uma relação de confiança, limitando o comportamento oportunista. Além disso, transações realizadas com maior frequência exigem implantação de mecanismos que garantam o cumprimento dos

compromissos. Isso, de certa forma, restringe a possibilidade de comportamento oportunista pelas partes envolvidas, reduzindo, em consequência, os custos da transação.

De acordo com Iliopoulos e Cook (1999), estudos verificaram que as cooperativas são projetadas para reduzir os custos de transação, o que pode ser facilitado a partir do estabelecimento de uma relação de cooperação entre elas e seus clientes. Isso gera ganhos de eficiência, ao mesmo tempo em que permitem maiores retornos financeiros aos cooperados uma vez que possibilitam agregar valor aos produtos, maximizando o lucro do produtor (FLEURY, 1983). Deve-se considerar também a utilização de uma estrutura de governança eficiente. Como em muitos casos as transações entre as cooperativas agropecuárias e as empresas são bastante frequentes e são de ativos específicos, necessita-se de uma *Governança Bilateral*<sup>8</sup>.

As estruturas de governança sofrem influência dos comportamentos dos agentes ao mesmo tempo em que interferem nas preferências dos indivíduos. Portanto, as características das transações estão ligadas ao ambiente institucional, que se constitui por leis, hábitos e aspectos culturais, e com o comportamento do indivíduo (oportunista). Assim, a relação existente entre tais elementos condiciona as estruturas de governança, ao passo que sua eficácia é influenciada pelo ambiente institucional. No caso da atividade agropecuária, a estrutura de governança pela qual o produtor optará para realizar suas transações é definida a partir das características de cada cultura ou atividade pecuária, o que inclui o modo de produção e de comercialização.

## **5. Considerações finais**

O artigo abordou o sistema cooperativista, estabelecendo uma interface com a Teoria dos Custos de Transação. Seu principal objetivo foi explicar a natureza das cooperativas ligadas ao ramo Agropecuário, especialmente aquelas voltadas para a intermediação da comercialização da produção, e como elas proporcionam economias dos custos de transação, a partir dos conceitos e dos princípios teóricos da TCT.

Uma das preocupações do sistema está em proporcionar o desenvolvimento econômico e social dos cooperados e de suas comunidades, por meio da geração e distribuição de renda. De fato, a literatura pesquisada permitiu verificar que as cooperativas foram criadas justamente com o objetivo de promover melhores condições de vida aos trabalhadores, ou

---

<sup>8</sup>De acordo com Williamson ([1985] 2012, p. 70), a *Governança Bilateral* é utilizada em transações de ativos de investimento misto e que ocorrem de forma recorrente. Neste tipo de governança, os agentes envolvidos tem muito interesse em dar continuidade às relações.

ainda, como instituições alternativas às instituições capitalistas. Por isso, sua relevância para o sistema econômico.

A partir da elaboração desta pesquisa pode-se concluir que uma cooperativa consiste em um complexo de contratos e é vista como uma importante instituição que busca poupar os custos de transação de forma eficiente ao internalizarem a comercialização dos produtos dos cooperados. Assim, ela reduz os riscos de comportamento oportunista e incerteza que os produtores enfrentariam caso recorressem ao mercado para transacionar seus produtos, maximizando, dessa forma, os lucros dos seus associados.

### **Referências bibliográficas**

- ABBADE, E. B. **Cooperação Interorganizacional na Associação Londrinense de Empresários Supermercadistas / ALES e no APL Têxtil de Goioerê: uma análise sob a ótica da teoria dos custos de transação.** Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 151p., 2005.
- ARBAGE, A. P. **Custos de Transação e seu Impacto na Formação e Gestão da cadeia de Suprimentos: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar do Rio Grande do Sul.** Tese (Curso de Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 280p., 2004.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital.** Tese (Curso de Doutorado em Ciências), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 254p., 1998.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e perspectivas do cooperativismo.** In: I Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo. PENSA/FUNDACE/FEARP-USP, p. 17-35, 1998.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativismo é Economia Social: Um Ensaio para o caso Brasileiro.** In: 3. Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo, Cuiabá, 2004.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia das Organizações Cooperativas: uma análise da influência da cultura e das instituições.** Tese (Livre Docência em Economia das Organizações), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 179p., 2004.
- BONIN, J.; JONES, D. C.; PUTTERMAN, L. Theoretical and Empirical Studies of Producer Cooperatives: Will Ever the Twain Meet? **Journal of Economic Literature**, v. 31, n. 3, pp. 1290-1320, 1993.
- BRASIL. Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.
- CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. **Princípios Cooperativistas: Origem, Evolução e Influência na Legislação Brasileira.** In: 3. Encontro de Investigadores Latino-Americanos de Cooperativismo, São Leopoldo, RS, 2005.
- CARSON, R. L. A Theory of Cooperatives. **Canadian Journal of Economics**, v. 10, n. 4, pp. 565-589, 1977.
- CARVALHO, F. L. **Indicadores de Avaliação de Desempenho de Cooperativas Agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas.** Dissertação (Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 119p., 2008.

CENTNER, T. J. The Role of Cooperatives in Agriculture: Historic Remnant or Viable Membership Organization? **Journal of Agricultural Cooperation**, v. 3, pp. 94–106, 1988.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, n. 16, pp. 386-405, 1937.

COASE, R. H. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, v. 3, pp. 1-44, Oct, 1960.

COASE, R. H. Industrial Organization: A Proposal for Research. In: Economic Research: Retrospect and Prospect, v. 3, **Policy Issues and Research Opportunities in Industrial Organization**, pp. 59-73, 1972.

COASE, R. H. The New Institution Economics. **The American Economic Review**, Papers and Proceedings, v. 88, n. 2, pp. 72-74, 1998.

COASE, R. H. (1991) The Institutional Structure of Production. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**, Netherlands: Springer, pp. 31-39, 2005.

COMMONS, J. R. Institutional Economics. **The American Economic Review**, v. 21, n. 4, Dec., pp. 648-657, 1931.

COMMONS, J. R. Institutional Economics: Comment by Professor Commons. **The American Economic Review**, v. 22, n. 2, Jun., pp. 264-268, 1932.

COMMONS, J. R. (1935) The Place of Economics in Social Philosophy. In: Rutherford, M.; Samuels, W. J. (Orgs.). **John R. Commons: Selected Essays**, v. 2, London: Routledge, pp. 456-466, 1996a.

COMMONS, J. R. (1932) The Problem of Correlating Law, Economics and Ethics. In: Rutherford, M.; Samuels, W. J. (Orgs.). **John R. Commons: Selected Essays**, v. 2, London: Routledge, pp. 438-455, 1996b.

CONAB. (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento de Safra Brasileira: Café**, Safra 2013, Terceira Estimativa, Setembro/2013. Brasília: CONAB, 2013a.

CONAB. (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento de Safra Brasileira: Café**, Safra 2013, Quarto levantamento, Dezembro/2013. Brasília: CONAB, 2013b.

COOK, M. L. The Future of US Agricultural Cooperatives: A Neo Institutional Approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 77, n. 5, Dec., pp. 1153-1159, 1995.

COOK, M. L.; CHADDAD, F. R.; ILIOPOULOS, C. Advance in cooperatives theory since 1990: a review of agricultural economic literature. In: HENDRIKSE, G. W. J. (Org.). **Restructuring Agricultural Cooperatives**, Amsterdam, pp. 65-69, 2004.

COOK, M. L.; ILIOPOULOS, C. Beginning to Inform the Theory of the Cooperative Firm: Emergence of the New Generation Cooperative. **Finnish Journal of Business Economics**, v. 48, n. 4, pp. 525-535, 1999.

COOPERATIVE DEVELOPMENT FOUNDATION. About Us. All About Cooperatives. Disponível em: <<http://www.cdf.coop/history-of-cooperatives/>>. Acesso em 12 dez. 2013.

COSTA, D. R. M. **Rating de Cooperativas Agropecuárias: uma contribuição metodológica**. Dissertação (Curso de Mestrado em Ciências), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 261p., 2005.

FAGUNDES, J. **Economia Institucional: Custos de Transação e Impactos sobre a Política de Defesa da Concorrência**. IE/UFRJ, Texto para Discussão, n. 407, 44p., 1997.

FAIRBAIRN, B. **The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the Co-operative Principles**. Saskatoon, Canada: Center for the Study of Cooperatives, Occasional Paper Series, 1994.

FAIRBAIRN, B. **The Role of Farmers in the Future Economy**. Saskatoon, Canada: Centre for the Study of Co-operatives, 2003, 15 pp.

FIANI, R. **Teoria dos Custos de Transação**. In: Kupfer, D.; Hasenclever, L. (orgs). *Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FITZROY, F. R.; KRAFT, K. Cooperation, Productivity and Profit Sharing. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 1, pp. 23-35, 1987.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983, 152p. (Teses 11)

FREDERICK, D. A. **Co-ops 101: An Introduction to Cooperatives**. U.S. Department of Agriculture. Cooperative Information Report 55, 1997.

FURTADO, C. (1961) **Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2000.

FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. **Institutions and Economic Theory: the contribution of the New Institutional Economics**. 2. ed. Michigan: Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, 673p.

GAGLIARDI, F. **Firm Performance and Institutional Context: a theoretical exploration with evidence from the italian cooperative sector**. Tese (Curso de Doutorado em Economia), University of Hertfordshire, Hertfordshire, 293p., 2009.

GERTLER, M. E. **Rural Co-operatives and Sustainable Development**. Saskatoon, Canada: Centre for the Study of Co-operatives, 2001, 31 pp.

HANSEN, H. O. **Agricultural Cooperatives and Globalization: A Challenge in Future?** In: 17. International Farm Management Congress, Illinois, 2009.

HARRIS, A.; STEFANSON, B.; FULTON, M. New Generation Cooperatives and Cooperative Theory. **Journal of Cooperatives**, v. 11, pp. 15-28, 1996.

HARTER JR., L. G. The Legacy of John R. Commons. **Journal of Economic Issues**, v. 1, n. 1/2, Jun., pp. 63-73, 1967.

HOLMSTRÖM, B. Future of Cooperatives: A Corporate Perspective. **The Finnish Journal of Business Economics**, n. 4, pp. 404-417, 1999.

ILIOPOULOS, C.; COOK, M. L. The Internal Organization of the Cooperative Firm: An Extension of a New Institutional Digest. **Journal of Cooperatives**, v. 14, pp. 77-85, 1999.

INTERNACIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. What's a co-op? Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em 27 set. 2013.

KALMI, P. **The Disappearance of Co-operatives from Economic Textbooks**. Working Paper W-398, Helsinki School of Economics, 2006.

LAGO, A. **Fatores Condicionantes do Desenvolvimento de Relacionamentos Intercooperativos no Cooperativismo Agropecuário**. Tese (Curso de Doutorado em Agronegócios), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 179p., 2009.

LEVIN, H. M. Employment and Productivity of Producer Cooperatives. In: JACKALL, R.; LEVIN, H. M. (Orgs.). **Worker Cooperatives in America**. Berkeley: University of California Press, pp. 16-31, 1984.

LOURENZANI, A. E. B. S., SILVA, A. L. Custos de transação na distribuição de tomate in natura, **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 1, jan./jun., pp. 41-50, 2004.

MALAMUT, A. **Cooperativas Incubadas e Dialogicidade**. Dissertação (Curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 180p., 2005.

MACHADO FILHO, C. A. P.; MARINO, M. K.; CONEJERO, M. A. Gestão Estratégicas em Cooperativas Agroindustriais. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 61-69, abr./jun., 2004.

MALAFAIA, G. C. et. al. A análise das relações entre produtor e agroindústria na agricultura alternativa: o caso do arroz biodinâmico. **Custos e Agronegócios Online**, v. 3, n. 1, pp. 21-37, 2007.

MÉNARD, C. A New Institutional Approach to Organization. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**, Netherlands: Springer, pp. 281-318, 2005.

MONDELLI, M.; ZYLBERSZTAJN, D. Determinantes dos arranjos contratuais: o caso da transação produtor-processador de carne bovina no Uruguai. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n.3, pp. 831-868, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo brasileiro: uma história = Brazilian cooperativism: a history**. Ribeirão Preto, SP: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, 151p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em 05 ago. 2013.

PESSALI, H. F. **Teoria dos Custos de Transação: uma análise à luz de diferentes correntes do pensamento econômico**. Dissertação (Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 155p., 1998.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: Uma solução para os problemas atuais**. 2. ed. Vitória: Coopermídia, 1996, 96p.

RODRIGUES, L. G. et al. Transações Entre os Agentes: Cooperativas, Agroindústria AUROLAT e Distribuidores. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 11, n. 1, jan./jun., pp. 151-178, 2012.

ROYER, J. S. Implications of the Cooperative Organizational Form for Vertical Expansion. **Journal of Rural Cooperation**, v. 40, n. 2, pp. 162-180, 2012.

ROHENKOHL, J. E. A Integração Produtiva entre Agropecuária e Agroindústria: Uma Discussão Introdutória em Torno da Suinocultura. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007.

RUTHERFORD, M. J. R. Commons's Institutional Economics. **Journal of Economics Issues**, v. 17, n. 3, Sep., 1983.

SCHNEIDER, J. E. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: O Caso Brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, pp. 11-40, 1981.

STIGLITZ, J. E. **The Role of Cooperatives in Globalization**. Working Paper n. 9, University of Genova, 2004.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 151p.

VOGELSANG, D.L. et. al. 1993. **Cooperative organization and structure: Farmer cooperatives in the United States**. U.S. Department of Agriculture, Cooperative Information Report 1, Section 6. Online. Retrieved September 1, 1999.

WILLIAMSON, O. E. Markets and Hierarchies: Some Elementary Considerations. **American Economic Review**, v. 63, n. 2, pp. 316-325, 1973.

WILLIAMSON, O. E. Transactions Costs Economics. **Journal of Law and Economics**, v. 22, n. 2, Nov., pp. 233-261, 1979.

WILLIAMSON, O. E. The Organization of Work. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 1, Mar., pp. 5-38, 1980.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **The American Journal of Sociology**, v. 87, n. 3, Nov., pp. 548-77, 1981.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, pp. 107-156, 1993.



WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics: How it Works; Where it is Headed. **The Economist**, v. 146, n. 1, pp. 23-58, 1998.

WILLIAMSON, O. E. (1981) Transaction Cost Economics. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**, Netherlands: Springer, pp. 41-65, 2005.

WILLIAMSON, O. E. [1985] **As Instituições Econômicas do Capitalismo**. São Paulo: Pezco Editora, pp. 13-75, 2012.

ZEULI, K. A.; CROPP, R. **Cooperatives: principles and practices in the 21st Century**. Madison: University of Wisconsin Center for Cooperatives, 2004.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. Working Paper n. 02/017, FEA-USP/PENSA, 2002.